



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681153 - SP (2021/0224999-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS - SP300462
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON DOS SANTOS VASCONCELOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON DOS SANTOS VASCONCELOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 5 anos e 10 meses de reclusão, atualmente em regime fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Aduz a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que julgou improvido o agravo em execução interposto perante o Tribunal local, voltado à retificação do cálculo para a obtenção de progressão de regime pelo paciente.

Sustenta que, ao contrário do que consta do acórdão impugnado, o paciente não é reincidente específico em crime hediondo ou equiparado, uma vez que a sua condenação anterior, cuja pena se extinguiu pelo cumprimento em 2018, se deu pela prática de delito comum.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja fixada em 40% a fração da pena corporal a ser cumprida pelo paciente para a obtenção do direito à progressão de regime, em conformidade com o disposto no art. 112,V, da LEP, com redação dada pela Lei n. 13.964/2019.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto consta do acórdão impugnado "que o agravante é reincidente específico em crimes equiparados a hediondos, pois ostenta condenação pretérita definitiva pelo delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, cuja pena foi extinta em 06.04.2018, não tendo,

portanto, decorrido o período depurador de 5 anos em relação ao crime que gerou a presente execução, praticado em 29.01.2019", inexistindo nos autos documento que demonstre a ocorrência de erro material do *decisum* em relação a esse fato.

Considerando ainda que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente